

Coluna do Castello

Crises, mas não desestabilização

As crises por entre as quais o presidente José Sarney vai conduzindo a República ainda não apresentam características que possam ser encaradas como movimentos de desestabilização. A instabilidade e a agitação são características do regime democrático, dentro do qual a discussão é permanente, ao contrário do regime preconizado por Leon Trotski que previa a revolução permanente.

Houve, é verdade, nos primeiros dias da instalação da Constituinte, um resumo que poderia ser identificado como de inspiração golpista mas que, na realidade, representava apenas a imaturidade de constituintes de primeira água, açulados por radicais oportunistas. Pretendeu-se que a assembléia dispusesse de poderes que poderiam substituir os demais, revogando a Constituição existente, suprimindo o mandato do presidente da República e erigindo-se como poder incontrastável como aquele que mandou à guilhotina Marat, Danton e Robespierre.

A ilusão romântica logo se desfez e o Pró-Soberania desapareceu sem deixar outra marca que não a registrada no discurso do líder Mário Covas de que soberania não se inscreve em regimentos. Ela existe ou não existe. O líder não disse qual a sua opção, mas na verdade a soberania da Constituinte é condicionada aos seus objetivos e, nas circunstâncias da vida brasileira, ao papel que lhe atribuiu emenda constitucional proposta pelo presidente da República e aprovada pelo Congresso. Ela é soberana para elaborar uma nova Constituição mas não para depor os poderes constituídos.

Superado o pequeno incidente, as coisas seguem o caminho que vinham trilhando. O governo Sarney enfrenta dificuldades que se tornaram previsíveis desde a segunda metade do ano passado, mas não avançou à direita ou à esquerda, mantendo-se na condução de um processo de transição e de renovação. O ponto crítico está na deterioração da situação econômica, em seguida a um período de euforia causado pelo Plano Cruzado, com o qual alguns ganhos foram registrados, embora seguidos de depressões e pessimismos. Houve — e continua a haver — pressões para que ele mude de rumos, mas a moratória decretada sob inspiração do ministro Funaro não alcançou o estilo das confrontações e apenas procurou obter condições condizentes com as dificuldades internas para prosseguimento da rolagem da dívida externa. O país, afinal, não pretende cair na recessão preconizada pelo FMI e acredita dispor de forças para evitá-la. O PMDB, que se define como força progressista, encampou o ministro Dilson Funaro como intérprete do partido e executor da sua política econômica. Isto é, encampou a gestão Sarney, até então objeto de contestações internas. Conseguiu reforçar a impressão pública dessa sua virada levando o ministro a um exame

interno para dar a impressão de que dele, partido, emanavam as diretrizes para a negociação externa, enquanto se inscreviam dúvidas quanto às pré-definições de uma política interna. No fundo, nada mudou. E, ao abandonar o ex-ministro João Sayad, o PMDB não registrou ganhos à esquerda, pois o novo ministro do Planejamento é um funcionário que servia de elemento de ligação entre o conservador governador de Minas Gerais e o Palácio do Planalto.

As pressões para mudança do ministério não progrediram. O presidente deverá fazer algumas alterações na sua equipe, mas há um prazo de carência a ser vencido, precisamente o prazo de que dispõe o ministro Funaro para assinalar ganhos interno e externo na sua honrada, mas visionária expectativa do poder do Brasil, no jogo das finanças internacionais. Mas se ele acaso não encontrar o êxito em que confia, seria temerária a suposição de que o PMDB induziria o presidente José Sarney a optar por uma tentativa de autarcização da economia nacional sob o comando dos economistas de esquerda cultivados no celeiro do partido. O provável seria que ele procurasse nova equação avalizada por homens de espírito prático que se situam, como conselheiros, à sua retaguarda.

Quanto à Constituinte, ela desenrola sua dialética natural, à procura de uma síntese de posições ideológicas e de pressões de interesses que encontram no seu âmbito o viveiro natural. Não se deve presumir que o Sr. Mário Covas queira impor diretrizes à Constituinte, mas tão-somente conduzir sua bancada para soluções mais próximas do seu ideário, embora consentâneas com a realidade que se afirmar no consenso da maioria. O país terá possivelmente uma Constituição com maiores aspirações de promover a justiça social e de preservar interesses nacionais. Mas dificilmente terá nela o instrumento de uma política agressiva de esquerda, segundo os temores que se difundem entre os lobbies do capitalismo nacional e internacional que se instalam dentro e fora dela.